

# MULHERES EM MOVIMENTO: RELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADE EM UMA COMUNIDADE RURAL NO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS – BRASIL<sup>1</sup>

## WOMEN MOVING: GENDER AND IDENTITY RELATIONS IN A RURAL COMMUNITY IN THE EXTREME NORTH OF TOCANTINS – BRAZIL

**Temis Gomes Parente<sup>2</sup>**

Endereço profissional: Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Porto Nacional. Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/N - Jardim do Ipês I, Porto Nacional - TO, 77500-000.  
E-mail: temis@uft.edu.br

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar as questões de gênero na caminhada das famílias que vivem na comunidade Ilha Verde, no município de Babaçulândia (TO), e procura discutir o processo de formação de identidade a partir do momento em que elas se veem como atingidas. Para acompanhar o movimento dessas famílias, foi utilizada a história oral como metodologia. Assim, foram esses diálogos através das memórias que conformaram a compreensão da pesquisadora sobre a especificidade dessa comunidade.

**Palavras-chave:** Gênero; Movimentos sociais; Identidade.

**Abstract:** This article aims to analyze how gender issues in the walk of families living in the Ilha Verde community, in the city of Babaçulândia (TO), and seeks to discuss the process of forming the identity since the moment that they see each other as old. To follow the movement of families, an oral history was used as methodology. So, exercises that can be consulted about the specificity of the community.

**Keywords:** Gender; Social movements; Identity.

---

<sup>1</sup>Este artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla financiada pelo CNPQ - Bolsa de Produtividade.

<sup>2</sup> Professora Titular do curso de História e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Coordenadora do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero.

Este artigo tem por objetivo analisar as questões de gênero na caminhada das famílias que vivem na comunidade Ilha Verde, no município de Babaçulândia (TO), e busca discutir o processo de formação de identidade a partir do momento em que elas se veem como atingidas. Gênero aqui designa as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado<sup>3</sup>. Já a identidade é entendida na perspectiva de Silva, como “uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo”. Para o autor, a identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente e inacabada, está ligada a sistemas de representação e, ainda, tem conexões estreitas com relações de poder.

Portanto, abordaremos aqui a caminhada das famílias do Ilha Verde na sua formação identitária como atingidas por barragens, conformadas pelas relações de gênero, pois estas enfatizam os atores sociais, evidenciando que, numa comunidade, homens e mulheres diferem entre si em função dos papéis sociais que cumprem, das percepções e expectativas que expressam e das limitação e necessidades que tratam de satisfazer<sup>4</sup>.

### **A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE)**

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), inaugurada em 2012, foi construída no rio Tocantins, entre os estados de Tocantins e Maranhão, na área dos municípios de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). Realizada pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste) – formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement –, foi projetada para gerar 1.087 MW (megawatts) de potência. Sua construção alagou vários municípios próximos, entre eles o de Babaçulândia, ao norte do estado do Tocantins. As famílias atingidas foram realocadas pelo Ceste em reassentamentos rurais, a saber: Baixão, Bela Vista, Mirindiba, Santo Estevão, São João I e II, situados nos municípios de Araguaína, Babaçulândia, Palmeira do Tocantins e São Bento do Tocantins<sup>5</sup>.

Segundo o Ceste, o total de famílias impactadas foi de 3.710, sendo que 64% delas preferiram a aquisição e 22% optaram por cartas de crédito urbanas e rurais. Para o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a quantidade de famílias é bem maior,

---

3 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 75.

4 MORAIS, Denise Soares. Diagnóstico participativo com enfoque de gênero: um instrumento para promover a equidade e sustentabilidade em comunidades rurais do México. Ambiente e Sociedade, Rio Grande, n. 9, pp. 39-53, 2004.

5 Autor, 2014

chegando a um total de quase 5 mil. O remanejamento da população teve início em 2007 e foi concluído em outubro de 2010. Um total de 139 famílias optou pelo reassentamento rural coletivo<sup>6</sup>. Outras, no entanto, não foram indenizadas, sobretudo aquelas que não possuíam propriedades rurais na área alagada. Esse é o caso das pessoas que moram no Ilha Verde.

As fases da construção da UHE foram permeadas por vários conflitos e paralisações promovidas e organizadas principalmente pelos movimentos sociais, como o MAB e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a participação dos ribeirinhos, indígenas e população de atingidos de quase todos os municípios impactados. Esses movimentos tiveram o apoio de órgãos oficiais como o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, concentrando-se principalmente nos questionamentos e críticas ao Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento, que desconsideraram as áreas indígenas nos estudos. Para os movimentos, o Ceste violou os direitos humanos ao não reconhecer várias categorias de trabalhadores como atingidos, entre estes os pescadores, os extrativistas, oleiros, vazanterios, barraqueiros e barqueiros.

É a partir desses conflitos que tem início a organização do que hoje se conhece como Ilha Verde, comunidade situada na zona rural de Babaçulândia, a cerca de quatro quilômetros do perímetro urbano, às margens do rio Tocantins, no trecho que se transformou em lago.

Hoje vivem no acampamento Ilha Verde 37 famílias, organizadas em pequenos lotes de terra. Reivindicam uma indenização por parte do Ceste e estão dispostas a não desocupar a área até que a questão seja resolvida. Declaram-se membros do MAB, que possibilita a luta por seus direitos.

## **Percurso da pesquisa**

Há alguns anos venho pesquisando os impactos causados por grandes projetos desenvolvimentistas, neste caso em particular as hidrelétricas construídas no rio Tocantins, no estado de mesmo nome, na perspectiva de gênero. Nessas pesquisas, o olhar tem se voltado para os impactos que esses grandes projetos trazem para as mulheres e homens que, compulsoriamente, são deslocadas/os com suas famílias para outros lugares – em sua maior parte, essas pessoas não têm o direito de escolha das novas moradias. O foco principal nessas pesquisas são as mulheres, pois segundo análise da Comissão Mundial de Barragens, na maioria das vezes os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles

---

<sup>6</sup> Reassentamento rural coletivo é uma das formas de compensação para as famílias que moram em áreas rurais na área de influência das hidrelétricas. Os optantes por essa modalidade de compensação contarão também com assessoria técnica social e ambiental pela concessionária por um período de três anos.

gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais.<sup>7</sup>

A partir do momento em que são deslocadas compulsoriamente, e chegam às novas moradias, essas mulheres enfrentam muitas dificuldades ao labutar em suas atividades domésticas e se veem diante da necessidade de incorporar em sua lida cotidiana elementos de *resistência*. Daí, portanto, a premência de se produzir uma identidade, a de *atingidas por barragens*.

Ao abordar o conceito de *atingido* neste artigo, busca-se apoio em Vainer, que nos alerta:

Embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.<sup>8</sup>

É isso que a população da comunidade Ilha Verde busca: seu direito de ressarcimento ou indenização como pessoas atingidas por barragens. Disputam para conseguir um lote de terra nas margens do reservatório, terras que são de propriedade do Ceste.

O primeiro olhar em minhas pesquisas com as/os atingidas/os por barragens foi para as lembranças das mulheres, ou seja, as questões de gênero, quando as suas memórias se referiam às “coisas” de mulheres, como a casa, as plantações ao redor de suas casas, os filhos e o sentimento que tinham em relação a seus vizinhos e à própria terra em que viviam. O sentimento era de desterritorialização<sup>9</sup>. Era o momento inicial em que as famílias haviam sido deslocadas de suas terras, de suas casas e de suas sociabilidades construídas por muitos anos, às vezes por várias gerações.

---

7 CMB – Comissão Mundial de Barragens (WCD – World Commission On Dams). Dams and development: a new framework for decision-making. London: Earthscan, 2000.

8 VAINER, Carlos B. O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações>>. Acesso em: 11 jul. 2019, p. 1.

9 O processo de desterritorialização é visto como ruptura das estruturas que há muito foram estabelecidas e que assusta, principalmente, por mudar o cotidiano, percebido e valorizado quando se tem a certeza de que este será transformado, vindo a gerar, posteriormente, angústia e insegurança à população alocada em outra localidade. Os antigos modos de vida dessa população nunca serão reconstruídos, ficarão submersos pelo lago, apenas as lembranças restarão emersas (Autor, 2007, p. 103).

Depois, as pesquisas tiveram a preocupação de entender como essas famílias, principalmente essas mulheres, iniciaram seu processo de reterritorialização<sup>10</sup>, criando novos espaços, novas sociabilidades. Foi aí que comecei a entender o *movimento* dessas mulheres, que inicialmente se sentiram “desterritorializadas” por não entender e não saber por onde iniciar outras trilhas, seja na questão espacial, na cultural ou nas novas sociabilidades. A partir desse momento foram percebidas as “*gretas*”, entendidas como

las pequeñas experiencias cotidianas de rebeldía, aunque sean contradictorias y experimentales, son momentos de ruptura, son grietas en el sistema, porque en ellas se experimenta un otro-hacer, un vivir a otro ritmo, que tiene un gran potencial de cambio. Aunque no todas las grietas sean del mismo tamaño o intensidad o produzcan el mismo efecto en el sistema, el problema hasta ahora es haber ignorado las líneas de continuidad entre las más diversas experiencias alrededor del mundo; hablar de las grietas significa así, “hallar formas de hacer visible y fortalecer estas líneas de continuidad que, a menudo, están sumergidas”.<sup>11</sup>

São essas *gretas* que permitem compreender as várias formas de resistência existentes nesses “movimentos” trilhados pelas famílias impactadas pela construção de hidrelétricas. Assim, identificou-se que esses movimentos não são homogêneos, eles se modificam e se recodificam de acordo com a realidade de cada comunidade de atingidos, pois as condições dos atingidos são variadas e as resistências são plurais.

Portanto, foi na compreensão desses movimentos que se percebeu a importância da construção da identidade de atingidos, que permitiu e ainda permite criar uma coesão dos grupos na busca de seus objetivos.

Neste artigo pretendo abordar justamente um movimento específico de construção identitária: a trajetórias das famílias que vivem na comunidade<sup>12</sup> rural Ilha Verde, que surgiu com a construção da UHE no município de Babaçulândia, por entender que esse grupo de famílias tem peculiaridades em relação a todas as outras comunidades já pesquisadas, além de servir de referência para o surgimento de outras comunidades similares na região. Pretendeu-se acompanhar a trajetória dessas famílias desde o momento em que se *sentiram atingidas* e foram morar num acampamento<sup>13</sup> próximo ao município de Estreito, no Maranhão, acampamento que foi organizado pelo MAB e pelo MST para as famílias que não foram incluídas no grupo que teriam direitos de indenização ou, então, que se sentiram lesadas ante o valor das indenizações pagas

---

10 Autor, 2011, p. 177

11 HOLLOWAY, John. *Agrietar el capitalismo. El hacer contra el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2011, p. 11.

12 Em alguns momentos do texto o Ilha Verde é citado como acampamento, depois como comunidade e em seguida como grupo de famílias que moram no Ilha Verde. É justamente esse deslizamento de significados que perpassa nas falas das entrevistadas, principalmente na sua liderança, para explicar o processo de identidade que está em formação.

13 O período em que ficam no acampamento é uma fase na qual novas sociabilidades têm de ser construídas. Para os movimentos sociais – MST e MAB –, as experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez, implica estabelecer algumas regras de convivência, materializadas no chamado “regimento interno” decidido em assembleia e que estabelece os “códigos” de conduta de cada membro do acampamento. Fonte: <[http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_renata.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_renata.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2019.

pela empresa responsável pela construção.

Após mais de um ano residindo no acampamento de Estreito, as famílias que hoje vivem no Ilha Verde iniciaram um movimento de organização para montar seu próprio acampamento, com características diferentes daquele em que viviam. Segundo Valderice Pereira da Silva – representante do MAB no município de Babaçulândia, a liderança que iniciou o processo de organização do Ilha Verde – essas famílias não se sentiam identificadas com as lutas daquelas pessoas, pois acampavam em lugares provisórios para depois serem remanejadas para o assentamento definitivo. Para essa liderança, as famílias foram compulsoriamente retiradas de suas terras, portanto não eram de fato “sem terras”. Assim, na visão dessas famílias, teriam de ocupar um local sobre o qual já possuísem direitos: queriam acampar num lugar que se tornasse já definitivo, ou seja, um lote de terra no qual pudessem plantar e colher e não depender de cestas básicas para sobreviver<sup>14</sup>. Por isso buscaram para acampar um local próximo do reservatório que se formou com a usina e que pertencia ao Ceste, buscando dessa forma uma indenização – não em forma de pagamento, mas um espaço, um lote de terra para que pudessem produzir para a subsistência de suas famílias, em substituição ao que perderam com a construção da UHE.

Pesquisar a trajetória dessas famílias é, portanto, trazer para as discussões a especificidade de uma comunidade que teve de construir sua identidade como atingidas. Antes da construção da usina, algumas dessas pessoas viviam na zona urbana em casas às margens do rio Tocantins que foram submersas pelo reservatório. Em determinados meses do ano, algumas famílias desenvolviam atividades econômicas temporárias diretamente ligadas ao rio, como vazanteiras, chacareiras, e outras como comerciantes que exploravam temporariamente a estrutura turística que todo ano surgia nas margens e no leito do rio, onde se formavam *praias* durante o período de estiagem, entre os meses de julho e setembro. Durante esse período, muitas famílias montavam barracas, bares e restaurantes para vender comida e bebida para os turistas, portanto era uma forma de exploração econômica que contribuía para o seu sustento.

Com a construção da usina e o enchimento do reservatório, essas *praias* ficaram submersas e as famílias perderam tais atividades, no entanto não foram consideradas como atingidas e não tiveram direito a indenização por parte do consórcio. Para acompanhar essas famílias, percorreu-se a trajetória das mulheres dessa comunidade, uma vez que foram elas que iniciaram o processo de mobilização para sair do acampamento em Estreito. É através de suas narrativas que se acompanhou o *movimento* de formação identitária como atingidas para iniciarem um processo de resistência, que surge pela defesa de um lugar ou uma forma de vida, elaborando novos

---

<sup>14</sup> Segundo a entrevistada, as famílias que foram para o acampamento de Estreito não se sentiam incluídas nas lutas que os acampados estavam lutando: primeiro por ainda não terem uma identidade de atingidos por barragens e, depois, por não se identificarem com o processo de organização política colocado em prática pelos membros do MST. Essas pessoas, hoje atingidas por barragens, não passaram pelo processo de formação política que exige o MST.

discursos e práticas, ou seja, empoderaram-se, convertendo-se em novos sujeitos políticos e sociais. Tentou-se identificar as estratégias que as/os moradoras/es estão utilizando para se (re)inventar enquanto sujeitos coletivos. Procurou-se ainda entender como essas mulheres, mesmo com esse protagonismo, continuam fortalecendo as relações de gênero, uma vez que reproduzem em suas atividades cotidianas atitudes e atividades próprias de gênero, ou seja, quando desenvolvem atividades próprias das mulheres no processo de reprodução de relações sociais.

### **Percursos metodológicos e os sujeitos da pesquisa**

Para acompanhar o movimento dessas famílias, metodologicamente foi utilizada a história oral. As pesquisadoras estiveram na comunidade Ilha Verde em quatro momentos: no primeiro ano em que as famílias tomaram posse do local, em 2013; um ano depois, em 2014; em 2015 convivemos diretamente na comunidade, participando do seu cotidiano – nessas três vezes entrevistamos Valderice Pereira da Silva<sup>15</sup>; em abril de 2017, realizamos uma entrevista com o novo presidente da Associação do Ilha Verde, Marcos Paulo Gomes Barbosa, e outra entrevista, com Judite da Rocha, que faz parte da Direção Nacional do MAB e também coordena a região do Tocantins e Maranhão.

É interessante olhar o conjunto dessas entrevistas, principalmente as três primeiras, em que Valderice é a protagonista: percebemos claramente esse “*movimento*”, quando nas suas narrativas parece que está muito claro para onde elas estão olhando e aonde querem chegar, mas só é possível notar esse movimento se visitarmos as entrevistas na perspectiva do presente. Nos concentraremos, portanto, nessas três primeiras narrativas. Acompanhar o movimento dessas famílias é trazer para o debate trajetórias de mulheres que estão construindo novas identidades e uma prática de organização política que antes não tinham e que se fez presente a partir do momento em que foram atingidas e foram conviver por um tempo no acampamento de Estreito junto com o MAB e o MST. Os aprendizados de formação política que tiveram durante o ano e meio em que moraram no acampamento foram colocados em prática na forma de organização da comunidade Ilha Verde, tanto no processo inicial como em outros movimentos que a comunidade traçou para conseguir os seus objetivos.

As fontes orais são narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador. As fontes orais são utilizadas como eixo de um tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, às narrativas, à subjetividade e ao diálogo moldam a própria agenda do historiador<sup>16</sup>. Foi assim que

---

15 A primeira entrevista com ela foi realizada em 15/02/2013, em Babaçulândia; a segunda foi em 10/04/2014, também em Babaçulândia; e a terceira, em 04/06/2015, no reassentamento Ilha Verde. Além dessas entrevistas foram realizadas outras com as mulheres e homens do Ilha Verde, mas para este artigo enfocaremos particularmente as falas de Valderice, uma vez que são essas narrativas que mostram o processo de movimento de identificação de atingidas por barragens.

16 PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 9-10..

consideramos as narrativas dessas mulheres: um encontro entre as narradoras e as pesquisadoras. Foram esses diálogos através das memórias que moldaram a compreensão das pesquisadoras sobre a especificidade dessa comunidade.

Coadunamos com Portelli<sup>17</sup> quando diz que, ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma com que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. Foram justamente essas trocas de olhares que geraram as fontes para este trabalho.

A história oral não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores. Assim, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro. O cerne duro da história oral reside exatamente nesse ponto, no qual a história invade as vidas privadas ou quando as vidas privadas são sugadas para dentro da história<sup>18</sup>. E é nesse ponto que as narrativas das informantes são importantes para nós: ao abordarmos a construção da UHT – o evento – através das memórias das narradoras, são trazidos para a reflexão os impactos desse evento em suas vidas privadas, adentradas no processo histórico de forma irreversível. É a memória que faz com que as fontes orais sejam importantes. O fascinante é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significados através do trabalho de memória e do filtro da linguagem.

Quando trabalhamos com fontes orais, então, devemos traçar um caminho complexo cobrindo três níveis distintos, mas interconectados: um fato passado (o evento histórico, neste caso a construção da hidrelétrica), um fato presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre esses dois fatos). Sendo assim, o trabalho do historiador oral envolve: 1) a historiografia, no sentido tradicional (a reconstrução de eventos passados); 2) a antropologia, a análise cultural, a crítica textual (a interpretação da entrevista); 3) o espaço intermediário (como esses eventos produzem determinadas memórias e determinadas narrativas)<sup>19</sup>. A história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória.

E por que a história oral das mulheres da comunidade Ilha Verde? Porque entendemos que as suas falas nos leva ao que Salvatici diz:

---

17 Idem.,

18 Idem., p. 10.

19 Idem., p. 18.

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É uma criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências feministas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma comunidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais.<sup>20</sup>

Ainda segundo Salvatici, as vozes das mulheres captadas pelas entrevistas proporcionam um significado com o qual as feministas poderiam se identificar: é como se as palavras de milhares de mulheres impactadas fossem as suas palavras, ou as palavras de grupos oprimidos pelos quais estavam lutando.

Em minhas pesquisas, sempre foram eleitas aquelas pessoas que começaram a se movimentar no processo político a partir do momento em que sentiram na pele os impactos do evento, pois

el cambio social no es producido por los activistas [...] es más bien el resultado de la transformación apenas visibles de las actividades cotidianas de millones de personas. Debemos buscar más allá del activismo, entonces para descubrir los millones y millones de rechazos y de otro-haceres, millones y millones de grietas que constituyen la base material del cambio radical posible<sup>21</sup>.

Assim, opta-se por trabalhar com sujeitos sem um discurso prévio estruturado, focalizando na dimensão subjetiva do protesto e prestando especial atenção na dimensão emotiva com uma abordagem narrativa, em que o interesse está não tanto na realidade factual de pessoas, mas em como as pessoas descrevem seu mundo ou a sua experiência<sup>22</sup>. Entende-se ainda que voltar a atenção para esses sujeitos é compreender que eles “revelam um mundo mais amplo de poder e resistência, que em certa medida terminam por desafiar as relações sociais de poder”<sup>23</sup>.

É com isso que as minhas pesquisas têm se preocupado: mostrar experiência<sup>24</sup> de sujeitos que normalmente têm sido esquecidos tanto pelo poder como pelas análises acadêmicas. Busca-se além do ativismo, para descobrir rejeições, outras ações e várias rachaduras que formam a base material das mudanças, por se tratar de agentes que pensam, que atuam, que sentem e são sujeitos políticos e sociais, abandonando a ideia de massa ignorante, manipulável e à mercê de qualquer um que tenha meios para convencer de uma coisa ou outra<sup>25</sup>. É o que se entende como o movimento das mulheres da comunidade Ilha Verde. Pois durante suas experiências de protesto os objetivos se

---

20 SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 31-42, jan./jun. 2005, p. 31.

21 HOLLOWAY, John. *Agrietar el capitalismo*. Op. cit., p. 13.

22 Idem.

23 POMA, Alice. De la oposición a la emancipación. Un análisis de los conflictos ambientales desde abajo. *Ambiente & Sociedad*, São Paulo, v. XVII, n. 1, pp. 41-58, jan./mar. 2014, p. 43.

24 A experiência é um passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados (KOSELLECK, 2006, p. 309).

25 POMA, Alice. De la oposición a la emancipación. Un análisis de los conflictos ambientales desde abajo. Op. cit., p. 43

modificaram e foram reelaborados, e muitas vezes – embora ainda não tenham chegado a alcançar seu objetivo inicial, que é a posse definitiva do lote em que atualmente moram, algo que se poderia considerar a experiência de um fracasso – encontram-se protagonizando experiências enriquecedoras e positivas que estão fazendo mudanças profundas, tanto na dimensão individual como coletiva<sup>26</sup>.

### **Movimento dentro dos movimentos**

Para compreender o movimento das mulheres no Ilha Verde, é preciso primeiramente situar de qual movimento se está falando. Neste trabalho, compreende-se por movimento a caminhada de mulheres e homens que hoje vivem nessa localidade – não só a caminhada em si, mas as conquistas que esse percurso lhes trouxe para que chegassem a se ver como atingidas/os por barragens. Quanto aos movimentos, trata-se dos movimentos sociais como o MAB e o MST, que embasaram politicamente esse grupo com relação à necessidade de se juntarem em coesão para lutar pelo que acreditam ter direito como atingidas/os. Para a compreensão do que seja um movimento social, toma-se como base o olhar de Gohn<sup>27</sup>. Para essa autora,

Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados<sup>28</sup>.

Ainda segundo Gohn, são três os formatos organizativos e as formas como se estruturam os principais movimentos sociais na atualidade: 1) os movimentos identitários que lutam por direitos – sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente, culturais; são movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares. A autora acrescenta que podem ser incluídos nesse questionamento os horizontes das lutas de vários grupos, como as mulheres, os afrodescendentes, os indígenas etc.; 2) os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso a terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc.; 3) as lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc.

Para este trabalho é abordado o primeiro formato – direitos identitários – por se entender que, em sua caminhada, o grupo de pessoas que hoje moram no Ilha Verde

---

26 *Ibidem.*, p. 45.

27 GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, n. 11, pp. 41-70, out. 2007.

28 TOURAINE, 2006, pp. 18-19 apud GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 42.

tiveram primeiramente que criar uma identidade de atingidos por barragens para demandar as ações coletivas e resolver os problemas decorrentes da construção da usina. Com a conquista de um lote de terra, teriam condições tanto de moradia como de produção de alimentos para suas famílias. A luta nesse processo foi demandada por homens e mulheres, porém o protagonismo maior foi das mulheres, pois foi através da compreensão e assimilação do que seja um processo político de lutas e conquistas que Valderice iniciou a sua formação política de base, junto ao MAB, durante o tempo em que esteve no acampamento de Estreito. Quando lhe foi perguntado se ela já tinha conhecimento do que seria um acampamento, ela respondeu:

Não conhecia nada! Nada! Fui um dia conhecer e chegando lá, vi as dificuldades das pessoas, fui eu e minha filha. Quando eu cheguei lá que eu vi aquele mundaréu de pessoas. Minha nossa! O que que esse povo tão fazendo aqui, meu Deus? Encontrei muitos conhecidos que já estavam lá. Encontrei a Maria da Ilha [responsável por liderar atingidos de outro assentamento], porque eu já conhecia. Expliquei que tinha ido vê para saber o que eu ia fazer. Ela foi me explicar o que faziam. Depois conheci a Judite e o Cirineu [representantes do MAB]. Aí eles me explicaram como era o movimento, aí entendi e gostei! Eu não sabia de nada! Daí eles me pegaram e já me colocaram numa coordenação do MAB, no acampamento<sup>29</sup>.

É a partir desse momento que o movimento dessas mulheres vai tomando forma. Para se tornar uma liderança, primeiro é preciso necessariamente fazer um curso de formação. Valderice pulou essa etapa, contudo, pois já começa a sua caminhada engajada na prática. Ou seja, ela chega na efervescência dos conflitos entre os movimentos sociais e a empresa responsável pela construção e imediatamente é colocada como coordenadora de base dos atingidos por barragens na sua região, Babaçulândia, responsável por organizar a população para fazer parte de uma marcha. Nesse momento específico, os movimentos sociais – MAB e MST – estavam organizando uma marcha para percorrer 125 quilômetros, de Araguaína a Estreito, com o objetivo de cobrar da empresa seus direitos e reivindicações feitas havia mais de um ano, tempo em que tivera início o acampamento próximo à área de construção da usina.<sup>30</sup>

---

29 SILVA, Valderice Pereira. 49 anos. Março de 2013. Entrevistadoras: Autor e Magna Marinho. Babaçulândia, Tocantins. 15/03/2013.

30 “A marcha teve início ontem, 23 de agosto, e saiu da cidade de Araguaína (TO) em direção ao município de Estreito (MA). Houve um ato na praça Luís Orione que, segundo Valéria Pereira, da CPT Araguaína, reuniu cerca de 400 pessoas. Nesse momento foi lançado, também, o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra. Durante toda a marcha serão realizados momentos de formação com os militantes sobre direitos humanos, os impactos dos grandes projetos, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos por eles, a presença do agronegócio no campo brasileiro e haverá, também, uma preparação dos militantes para o Plebiscito pelo Limite, que será realizado de 1º a 7 de setembro em todo o país. Fazem parte da marcha famílias do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e famílias acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A marcha deve chegar a Estreito no dia 1º de setembro.” Fonte: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/375-movimentos-sociais-realizam-marcha-no-tocantins-pelos-direitos-dos-atingidos-pela-uhe-de-estreito>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Com o convívio no acampamento, Valderice percebe que as lutas dessas famílias atingidas e acampadas não eram as mesmas de muitas que se encontravam ali, ou seja, algumas pessoas não se viam como “sem terra” – para essas pessoas, elas tinham terra, só que tinham sido “tomadas” para construírem a usina. Também não estavam de acordo com o local do acampamento, nas margens da BR, lugares provisórios, e só depois é que iriam para os assentamentos que seriam o local definitivo daquela luta. Segundo suas narrativas, eles teriam que “ocupar” os antigos lugares às margens do reservatório que foram desapropriados pelo Ceste e, com essa ocupação, poderiam forçar a sua legitimação como donos definitivos. Na fala de Valderice é possível perceber esse movimento:

[...] um dia eu estava aqui em Babaçulândia, e encontrei algumas pessoas que estavam acampados lá próximo à usina. Aí eu chamei eles: “gente, vamos se reunir, eu estou achando que nós estamos fazendo o acampamento errado”, eu digo, “porque lá, nos estamos é, como sem terra, e nós não somos sem terra, nós somos atingidos. Então nós estamos em uma área errada. Pra nós fazer o nosso acampamento, nós tinha que fazer na área do Ceste”. Por que nós tem que fazer na área do Ceste? Pra nós ficar frente a frente com eles, porque se nós chegar em cima da área deles, lógico que eles iam frentear nós. Aí reuniu umas quatro, cinco pessoas, os quatro, cinco que estava lá concordou. Um rapaz que era acampado lá, que hoje ele é meu compadre, disse pra mim: “eu sei de uma área ali, que dá para nós fazer o acampamento”. Chovendo, muita chuva. Vamos lá? Eu digo: “vamos”. Eu em uma moto, ele na outra. Quatro pessoas, porque eu não dirijo. Aí nós viemos pra cá. Chegamos aqui eu olhei, ficava mais ali na frente. Aí eu fui aí olhei a área e disse: “aqui dá pra fazer um acampamento”. Aí nós esperamos um, dois dias, era o carnaval. Eu disse: “ah, é a hora”. Nós ir no carnaval, porque o povo vão pra balada e nós vamos fazer o acampamento lá. Chegamos aqui, sem nada. Fomos roçar, fomos fazer o fogo pra cozinhar. E aquele rolo. Aí só tinha eu e minha comadre, só duas mulheres. Aí os outros eram homens, que era pra roçar, né?! Aí nós fizemos um barraquinho de lona preta. Aí ficamos lá. Quando estava, com uns três dias, nós tiramos a madeira para cobrir um barracão coletivo, para todo mundo. Quando nós estava cobrindo, chegou o dono da terra. Dono assim, né?! Dizendo que era dono, que era antigo dono, que tinha sido indenizado pelo Ceste. Aí ele ameaçou lá os meninos lá e deu dois tiros pra cima ainda. Depois teve outro confronto de novo. Ele atirou num companheiro da gente. E aí... Aí chegou o momento. [...] aí eu liguei pros companheiros, todo mundo, aí começamos a fazer os barraquinhos, tipo um acampamento mesmo, do MST<sup>31</sup>.

---

31 SILVA, Valderice Pereira. 49 anos. Março de 2013. Entrevistadoras: Autor e Magna Marinho. Babaçulândia, Tocantins. 15/03/2013.

Nesse primeiro momento percebemos na narrativa os elementos apreendidos no antigo acampamento. Em toda a entrevista Valderice se refere à localidade da qual resolveram tomar posse como *acampamento* Ilha Verde. A diferença entre o atual acampamento e o anterior é que, para as pessoas, seria justamente ocupar o lugar definitivo, mas toda a organização inicial – alojamentos coletivos; barracas de lona próximas umas das outras – era nos moldes dos acampamentos do MST.

Já na segunda entrevista, em 2014, Valderice é enfática ao afirmar que o Ilha Verde não é um acampamento e sim uma *comunidade*, ou seja, comunidade Ilha Verde, explicando da seguinte forma:

[...] hoje nós não somos mais acampados, porque nós hoje estamos plantando cada um em sua área, estamos no mesmo local, mas cada um tem seu lote, já plantando separadamente, que antes nós plantava de forma coletiva, agora nós estamos plantando separadamente. Hoje o pessoal chama assim acampamento, mas eu não considero acampamento mais, porque já está todo mundo separado, nós já estamos já assim separado cada um, em uma pequena área, mas todo mundo já está em cima do seu lote, já plantando suas coisas separadamente pensando no amanhã, vê se melhora. Porque outra coisa, também é assim, porque quando o Ceste chegar, se nós só tiver acampados, eles vão pensar assim, *esses povos não quer nada*, e nós estamos plantando, nós tem muita coisa plantada, é igual eles fala: *nós não temos condição de tirar aquele povo dali, nós temos que resolver a situação deles*, aí nós estamos aguardando<sup>32</sup>.

Perguntamos para ela se tinha visto ou tomado conhecimento de experiências dessa forma em outras localidades. Ela narra:

Não, a ideia foi minha, porque eu via assim, eu acompanhei em vários acampamentos e eu não vejo eles plantarem nada, fica só lá olhando um pro outro e não faz nada, e eu falei nós vamos fazer diferente nós vamos fazer um acampamento que nós podemos de lá mesmo tirar nossa alimentação e, quem sabe, vender. Tanto que nós estamos correndo atrás de um projeto com o pessoal da Conab [Companhia Nacional de Abastecimento] que já falaram que vão aprovar esse projeto pra nós vender nossas coisas lá, em vez de eles doarem as cestas pra nós, vamos vender as nossas pra eles<sup>33</sup>.

Já no terceiro momento – na entrevista de 2015 –, os termos “acampando” e “comunidade” em sua fala já não aparecem mais. Ao ser perguntada sobre como o Ilha Verde é conhecido agora, ela nos explica que os moradores são um grupo *do* Ilha Verde,

---

32 SILVA, Valderice Pereira. 49 anos. Abril de 2014. Entrevistadoras: Autor e Magna Marinho. Babaçulândia, Tocantins. 20/04/2014.

33 SILVA, Valderice Pereira. 49 anos. Abril de 2014. Entrevistadoras: Autor e Magna Marinho. Babaçulândia, Tocantins. 20/04/2014.

se caracteriza como uma “*posse mansa e pacífica*”<sup>34</sup>, pois se eles continuassem como comunidade, era como se fosse um único grupo e a documentação não sairia. Elas nos explicar o porquê da mudança:

Posse mansa é aquela posse de invasão que não tem conflito. Pacífica é a que nunca teve conflito, nunca tem conflito. É assim, a respeito da posse mansa e pacífica eu tive conversando com um amigo meu, aí ele falou que do jeito que nós estava lá não era mais um acampamento, já era uma posse mansa e pacífica, aí ele disse que tinha até um documentinho<sup>35</sup>.

Assim, todas as 37 famílias têm cada uma um documento<sup>36</sup> desse assinado e registrado em cartório. Apesar de serem um grupo, possuem a individualidade da documentação e é com esse documento que o grupo está lutando para conseguir a legitimação dos lotes junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

É com essa compreensão que se percebe quanto a vivência frente a essas lutas leva essas mulheres a se *movimentarem* em sua forma subjetiva de conduzir e pensar a caminhada para alcançar os seus objetivos.

É perceptível que Valderice não tenha se dado conta desses movimentos até ser solicitada a narrar para as pesquisadoras. No momento em que começa a falar, ela vai organizando suas memórias e, portanto, dando sentido a suas vivências e lutas e compreendendo os caminhos que tem percorrido, sem, contudo, ter clareza até o momento de que suas narrativas fazem sentido para ela na forma do documento resultante das entrevistas que temos feito.

O histórico do grupo de famílias que vivem no Ilha Verde destoa de vários processos de deslocamento forçado. A população dessa localidade primeiramente se juntou com o MAB e as populações atingidas pela construção da usina de Estreito, e depois, em um processo identitário próprio, começou a não se sentir incluída na proposta de acampamento colocado em prática por esse movimento. Então as famílias começaram a se organizar de forma independente, mas reforçando a identidade de atingidas, pois é justamente por ser composto de atingidas/os que esse grupo vai ocupar uma localidade que hoje é do Ceste. Esse grupo, como eles se veem agora, estão tentando recriar sua identidade que buscam objetivos comuns. Ainda não possuem claramente uma noção política das suas ações, mas na prática estão coesos para conseguir esses objetivos.

---

34 Posse mansa e pacífica é aquela exercida sem nenhuma manifestação em contrário de quem tenha legítimo interesse, ou seja, sem a oposição do proprietário do bem. Característica essencial para a constituição do usucapião, é a posse contínua e duradoura, em regra, com determinado lapso temporal, isto é, a posse exercida sem intervalos ou interrupção (TARTUCE, 2013, pp. 887-889).

35 SILVA, Valderice Pereira. 49 anos. Junho de 2015. Entrevistadoras: Autor, Magna Marinho e Hareli Fernanda Garcia Cecchin. Junho de 2015. Babaçulândia, Tocantins. 04/06/2015

36 O documento consiste em um formulário próprio de Declaração de Posse Mansa e Pacífica, precisa ser assinado pelos interessados com os dados pessoais, endereço, a quantidade de hectares e os limites. A mesma declaração tem que ser assinada pelo prefeito do município em que se encontra a terra ocupada.

Trazer as especificidades da vivência cotidiana das pessoas que hoje moram no Ilha Verde é ter a possibilidade de refletir sobre práticas concretas de pessoas comuns que lutam, e como essas lutas se convertem em experiências de aprendizagem que mudam essas pessoas e suas visões de mundo. Para essas pessoas, viver no Ilha Verde é hoje estar em um lugar “definitivo”. E, embora não tenham a posse definitiva dos lotes, já produzem<sup>37</sup> em espaços que consideram seus, pois foram adquiridos por *posse mansa e pacífica*. Isso mostra a importância das *gretas* para entender os momentos de rupturas que surgem em processos amplos como os movimentos sociais, pois, mesmo que inicialmente aparentem ser pequenas, sua intensidade varia conforme serão replicadas em várias *gretas* semelhantes em outras localidades.<sup>38</sup>

Apesar do protagonismo do movimento dessas mulheres, lideradas por Valderice, as questões de gênero continuam sendo fortalecidas, pois enquanto elas percorriam os caminhos tentando alargar essas *gretas*, ou mesmo criar outras, a questão legal para a formalização da associação da comunidade Ilha Verde não foi concretizada. Em entrevista com o atual presidente, ele deixa claro que a associação não era reconhecida oficialmente, somente constava em ata, pois a presidente anterior, além de ter seu mandato vencido, não poderia ser reeleita devido a algumas mudanças na lei e algumas questões trabalhistas, bem como a “questões familiares”<sup>39</sup>. Assim, a partir de janeiro de 2017, sob a nova coordenação, a Associação de Desenvolvimento e Preservação do Acampamento Ilha Verde (Adepraive) é reconhecida na Receita Federal e nas outras entidades de associações, porque tem CNPJ e cumpriu outros procedimentos jurídicos.

O movimento das mulheres do Ilha Verde reflete diretamente o que Gohn<sup>40</sup> aponta: as mulheres são maioria em todos os movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida, nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, ainda segundo a autora, nos movimentos organizados na temática de gênero, as mulheres também se destacam por ser a maioria. Assim, tanto nos grupos de mobilização de causas femininas como em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. Gohn acrescenta que, apesar de toda essa presença, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres. Foi justamente o que se constatou

---

37 A maioria das famílias do Ilha Verde produz verduras e hortaliças em seus lotes e vendem nas feiras de Babaçulândia. Somente elas participam dessas feiras, que acontecem duas vezes por semana e recebem apoio da prefeitura por ser a única forma de a cidade ter acesso a verduras e legumes.

38 Segundo Judith da Rocha, existem hoje nas proximidades da Usina de Estreito sete acampamentos nos moldes do Ilha Verde, todos criados a partir desse modelo. Ela explica como os moradores desses locais se veem: “Os nossos atingidos nunca se acharam acampados, porque acampado para eles é aquele que está na beira da estrada, mas para o movimento eles são acampados, pois não estão em suas terras. Porque, segundo eles, eles tinham terras, eles não venderam a terra deles pra ninguém, tomaram as terras deles. Então eles chamam de chácara. Eles colocam uma plaquinha assim: Chácara com número e tudo. ELES fizeram, não foi o governo, nem empresa, nem ninguém”. (Entrevista realizada em 09/04/2017, em Palmas.)

39 Nesse período Valderice se separou do companheiro e ele ficou com o lote no Ilha Verde, o que a impediria de concorrer na eleição para continuar à frente da associação.

40 GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Política & Sociedade, n. 11, out. 2007, pp. 44-45.

na caminhada das mulheres do Ilha Verde. A partir do momento em que o movimento delas se torna trilhas concretas, com a comunidade reconhecida formalmente e o surgimento de outras ocupações ou assentamentos, ou comunidades ou grupo, tendo como modelo o Ilha Verde, a liderança que foi responsável por orientar e guiar esse movimento é alijada do poder e volta a caminhar pelos antigos lugares que se definem como de mulheres.

Recebido em 07 de agosto de 2019.

Aprovado em 07 de dezembro de 2019.